

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.677 - SC (2019/0299192-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE ITAPEMA - SC  
**SUSCITADO** : JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE BALNEARIO CAMBORIU  
- SC  
**INTERES.** : JONACIR JOSE DOS SANTOS  
**ADVOGADOS** : ALMIR CLEOMAR WESCHTER - SC044605  
JÉSSICA TAIANE WESCHTER - SC036025  
**INTERES.** : MUNICÍPIO DE ITAPEMA

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. SERVIDOR MUNICIPAL. VÍNCULO COM O PODER PÚBLICO DE NATUREZA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM.**

**DECISÃO**

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE ITAPEMA - SC em desfavor do JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE BALNEARIO CAMBORIU - SC, nos autos da ação em que objetiva a parte autora a condenação do réu ao pagamento de FGTS relativo ao período em que esteve afastado do trabalho, e respectivos consectários.

O juízo suscitado declarou-se incompetente para o julgamento da causa, nos seguintes termos (fls. 18/19):

Desse modo, se a competência para processar e julgar as ações ajuizadas por trabalhadores contratados temporariamente pela Administração Pública - independentemente da norma de direito material aplicável - é da Justiça Comum Estadual, com muito mais razão as demandas instauradas por servidores admitidos por meio de regular concurso público igualmente devem ser julgadas por esse mesmo ramo do Poder Judiciário, visto que em ambas as situações ocorre relação de natureza jurídico-administrativa, conforme disposição contida no art. 37, inc. IX, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88).

Em consequência disso, o entendimento agora pacificado no Supremo Tribunal Federal supera as conclusões anteriores segundo as quais a mera aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regular a relação entre a Administração Pública e seus servidores acarretaria a competência da Justiça do Trabalho para dirimir eventual conflito de interesses. Efetivamente, aquelas conclusões simplistas não poderiam mesmo prevalecer, porquanto corresponderia a dizer que seria da Justiça Federal Comum a competência para processar e julgar ações entre servidores municipais e órgãos da Administração, em caso de adoção da Lei n. 8.112/90 como regime jurídico. Da mesma forma, não seria concebível a

competência da Justiça do Trabalho para julgar ações entre servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e a União, se a respectiva relação fosse regida pela CLT.

No caso em exame, as partes não divergem acerca da admissão do autor, mediante aprovação em concurso público, para exercer a função de Operador de Máquinas Leves (ID. ebdefaf - pág. 2 e ID. 50e6614 - pág. 1).

A redação original da Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 05/10/1988 atribuiu competência à Justiça do Trabalho para:

[...]

Em vista da promulgação da Emenda Constitucional n. 45/2004 (Reforma do Judiciário), o art. 114 do texto constitucional passou a vigorar com a seguinte redação:

[...]

A promulgação dessa Emenda Constitucional foi cercada de grande polêmica no âmbito do Congresso Nacional, após a tramitação da matéria por aproximadamente 13 anos.

A Câmara dos Deputados havia aprovado a Proposta de Emenda Constitucional atribuindo à Justiça do Trabalho a competência para processar e julgar todas as ações oriundas das relações de trabalho, diferentemente do que constava no texto original da Constituição da República, que limitava tal competência aos litígios decorrentes das relações de emprego.

[...]

Diante do contexto, não restam dúvidas quanto à incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar demandas que envolvam pretensões de servidores públicos municipais, detentores de cargos públicos, ainda que adotada a Consolidação das Leis do Trabalho como regime jurídico.

Esse posicionamento decorre do singelo princípio de que a competência não se confunde com o direito aplicável à espécie. Se assim não fosse, seria da Justiça Comum Federal e não da Justiça Estadual a competência para julgar ações entre servidores públicos municipais ou estaduais e os respectivos órgãos da Administração Pública.

Em realidade, o entendimento jurisprudencial segundo o qual seria da Justiça do Trabalho a competência para julgar ações instauradas por servidores públicos regidos pela CLT limita-se às situações em que ocorre o ingresso no serviço público sem o devido concurso, mediante simples contratação do trabalhador pela Administração.

O juízo suscitante, por sua vez, aduz que (fls. 2-5):

Este Juízo, adianto, é incompetente.

De antemão, importante frisar que, nos termos do art. 98 da Lei Orgânica do Município de Itapema, "o regime jurídico dos servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas é CELETISTA, conforme dispõe a Lei 402/89 de 22/02/89, vedada qualquer outra vinculação de trabalho" (grifei).

Além do art. 98, caput, da Lei Orgânica do Município de Itapema, a Lei Municipal n. 402/1989, dispõe em seu art. 83, caput, que "os servidores municipais serão regidos pela consolidação das leis do trabalho", de forma que inexistirá dúvida acerca da competência da Justiça Especializada.

[..]

Essa observação se faz necessária diante das decisões desta e. Corte da Cidadania (CC 166.526; CC 165.972), que assentou pela competência da Justiça Comum Estadual para analisar demanda instaurada pelo servidor público submetido ao regime celetista, inclusive com o recolhimento de FGTS.

A própria decisão que declinou a competência para a Justiça Estadual reconhece o vínculo celetista (p. 125).

Importante frisar que o precedente citado pela Justiça Especializada na decisão que declinou a competência para a Justiça Comum (ADI 3395 MC) tratou tão somente de afastar a competência da Justiça do Trabalho para as relações de natureza jurídico-administrativa dos servidores públicos, estes regidos por regime jurídico único, o que não é o caso (aqui o regime é celetista).

Logo, o ponto curial da discussão reside na interpretação da ADI 3395-MC, na medida em que a Justiça Especializada entende que mesmo sendo celetista o regime jurídico dos servidores públicos, esse fato não a torna competente, interpretação esta que não foi conferida pelo STF, bem como pelo STJ, necessário se faz suscitar o conflito negativo de competência.

É o breve relatório. Decido.

Acerca da competência da Justiça do Trabalho, oportuno consignar que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da medida cautelar na ADIn 3.395, deu interpretação conforme ao inciso I do art. 114 da CF/1988, com redação dada pela EC n. 45/2004, suspendendo, *ad referendum*, toda e qualquer interpretação que inclua na competência da justiça especializada a apreciação de causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo.

A Primeira Seção do STJ, por seu turno, no julgamento do CC 138.378/MA, interpretou o alcance do referido precedente, sedimentando o entendimento de que tal julgado "[...] abrange apenas o art. 114, I, da CF/1988 e as causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores na discussão de sua relação jurídico-administrativa ou estatutária [...]".

À guisa de exemplo, veja-se o teor da ementa do julgado em comento:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 114, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. FATO GERADOR QUE DERIVA DA RELAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO SINDICAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INDIFERENTE SE TRATAR DE SERVIDOR PÚBLICO COM VÍNCULO CELETISTA OU ESTATUTÁRIO.

1. As ações em que se discute a contribuição sindical (imposto sindical) de servidor público, após o advento da EC n. 45/2004, devem ser ajuizadas na Justiça do Trabalho, indiferente a relação celetista ou estatutária. Precedentes: AgRg no CC 135694 / GO, Primeira Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 12.11.2014; AgRg no CC 128599 / MT, Primeira Seção, Rel. Min. Assusete Magalhães, julgado em 13.05.2015.

2. Superados os seguintes precedentes que punham em relevo a relação celetista ou estatutária do servidor com o ente Público: CC 90770 / SP,

Primeira Seção, Rel. Des. conv. Carlos Fernando Mathias, julgado em 14.05.2008; CC 87829 / GO, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, julgado em 12.09.2007; CC 77650 / SP, Primeira Seção, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 26.09.2007; CC 69025 / SP, Primeira Seção, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 10.10.2007; AgRg no CC 79592 / RS, Primeira Seção, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 14.11.2007.

3. Isto porque a Medida Cautelar concedida pelo STF na ADI 3395 MC / DF abrange apenas o art. 114, I, da CF/88 e as causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores na discussão de sua relação jurídico-administrativa ou estatutária, o que não é o caso dos autos, pois as demandas onde se discute a contribuição sindical dos servidores públicos são de natureza tributária e ocorrem entre os servidores e as entidades sindicais, entre as próprias entidades sindicais umas contra as outras ou entre as entidades sindicais e o Poder Público. Além disso, o fato gerador da contribuição sindical compulsória (imposto sindical) depende da constatação da representação sindical, matéria exclusiva da justiça laboral, consoante o art. 114, III, da CF/88.

4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo da 3ª Vara do Trabalho de São Luís/MA, o suscitante (CC 138.378/MA, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 14/9/2015).

Do Supremo Tribunal Federal merecem transcrição os seguintes precedentes:

CONSTITUCIONAL. RECLAMAÇÃO. AÇÃO PROPOSTA POR SINDICATO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. DECLARAÇÃO DE REPRESENTATIVIDADE ÚNICA DA CATEGORIA. ALEGAÇÃO DE DESRESPEITO À ADI 3395-MC. AUSÊNCIA DE ESTRITA ADERÊNCIA ENTRE O ATO RECLAMADO E O ACÓRDÃO PARADIGMA. INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTE.

1. Não há estrita aderência entre o objeto da ADI 3395-MC, em que esta Corte decidiu questão referente à competência da Justiça Comum para julgamento de causas entre a Administração Pública e seus servidores ou empregados submetidos a vínculo jurídico-administrativo, e ação declaratória promovida por sindicato, para obter reconhecimento judicial de exclusividade de representação de determinada categoria.

2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg na Rcl 9.758/RJ, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 7/11/2013).

AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. QUESTIONAMENTO EM TORNO DA COMPETÊNCIA PARA O RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. RECONHECIMENTO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. RECLAMAÇÃO AJUIZADA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA À DECISÃO PROFERIDA NA ADI 3.395-MC/DF. IMPROCEDÊNCIA.

1. Questionamento em torno do reconhecimento do direito de recolher a contribuição sindical respectiva. Acolhimento da pretensão pela Justiça do Trabalho. Alegação de ofensa ao acórdão proferido por esta Corte na ADI 3.395-MC/DF.

2. Inexistência de identidade material entre o fundo do direito impugnado e

a interpretação consagrada na ADI 3.395-MC/DF.

3. Agravo regimental improvido (AgRg na Rcl 9.836/RJ, Rel. Min. Ellen Gracie, DJe 28/11/2011).

No presente caso, observa-se que o autor da reclamação trabalhista foi admitido mediante concurso público e a relação jurídica estabelecida entre as partes ostenta natureza estatutária, nos termos da Lei Municipal 1.496/1998, o que atrai a competência da Justiça Comum.

Nesse linha de entendimento, confirmam-se as seguintes decisões monocráticas: CC 166526, Relatora Ministra REGINA HELENA COSTA, DJe de 26/06/2019; CC 165969, Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 07/06/2019; CC 164.785/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe de 22/5/2019; CC 164.640/SC, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe de 3/4/2019; CC 136.612/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe de 25/11/2014.

Ante o exposto, **conheço do conflito de competência** para declarar a competência do **Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Itapema - SC, o suscitante.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES  
Relator